

PONTO DE VISTA



885 A revolução propiciada pela
Lei nº 13.655/2018
Renato Geraldo

890 Pouco mais de seis meses de reforma
trabalhista
Marlos Melek

DOCTRINA

894 Dação em pagamento de bem imóvel para
pagamento de dívida da Administração
Pública
Pedro Henrique Braz De Vita

903 Reajuste dos contratos administrativos –
Obrigatoriedade ou facultatividade?
Luciano Medeiros de Andrade Bicalho

913 Breves comentários sobre o
"gerenciamento de riscos" previsto na
Instrução Normativa nº 05/2017 para os
contratos de terceirização
Madeline Rocha Furtado

ORIENTAÇÃO PRÁTICA



920 Dispensa de licitação em razão do valor –
Instrução do processo com apenas um
orçamento

928 Obras e serviços de engenharia – Critérios
para a concessão de reajuste e para a
realização de alterações qualitativas

935 Intenção de registro de preços – Limitação
à participação de outros órgãos

939 Ausência de indicação da marca na
proposta – Possibilidade de saneamento
por diligência

943 Subcontratação na Lei das Estatais –
Possibilidade de pagamento direto à
subcontratada

PERGUNTAS E RESPOSTAS

948 1. Qual o impacto do Decreto nº
9.450/2018 sobre os processos de
contratação pública?

950 2. Em determinado contrato de obra
firmado pelo prazo de 16 meses, a rescisão
ocorreu após 2 meses de execução.
A duração do contrato celebrado por
dispensa em razão do remanescente pode
ser de 14 meses?

952 3. Em licitação com objeto único, dividido
em cotas principal e reservada para
micro e pequenas empresas, caso a cota
reservada seja arrematada por valor
superior ao lote de participação ampla,
o órgão tem a obrigação de adquirir
os produtos pertinentes? É necessário
revogar a licitação quanto ao lote?

953 4. É possível exigir em cláusula do edital
que o vencedor providencie a abertura de
conta-corrente em determinado banco
para receber seus pagamentos?

955 5. Quais os pressupostos para aderir à ata
de registro de preços conforme o Decreto
nº 7.892/2013?

957 6. Diante de reincidência, é possível
aumentar a multa de mora a ser aplicada
ao contratado?

959 7. Qual o prazo para a Administração
acionar o contratado no caso de vícios
ocultos (art. 69 da Lei nº 8.666/1993)?
E qual é o marco inicial para a contagem
desse prazo?

960 8. No caso de inexecuções reiteradas,
é possível rescindir amigavelmente o
contrato?

962 9. As entidades do Sistema S podem
adotar minutas-padrão para editais e
contratos? Quais cautelas devem ser
observadas?

963 10. É possível prever no regulamento de
estatal hipótese de dispensa equivalente
ao art. 24, inc. XIV, da Lei nº 8.666/1993?

966 **JURISPRUDÊNCIA**

974 **TRIBUNAIS DE CONTAS**



982 **LEGISLAÇÃO**